

# UMA ANÁLISE DA ENUNCIÇÃO DAS NARRATIVAS DE VIDA DE MULHERES NEGRAS NO AUDIOVISUAL, RÁDIO E JORNAL ONLINE

# AN ANALYSIS OF THE STATEMENT OF NARRATIVES OF LIFE OF BLACK WOMEN IN AUDIOVISUAL, RADIO AND NEWSPAPER ONLINE

*Yuri Tomaz dos Santos*

Estudante de Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal de Viçosa – UFV.

E-mail: yuri.tomaz@ufv.br.

## Resumo:

Este ensaio versa discutir a reverberação da imagem da mulher negra nos veículos midiáticos, levantando o debate acerca de como suas vidas são tematizadas. Busca-se, portanto, refletir como a presença de corpo políticos corroboram a discussão levantada pelos veículos, que atuam como fator determinante de como as pautas serão mediadas e como se dará a tematização essas vidas. O objetivo desse trabalho, é fazer uma análise de três veículos midiáticos – audiovisual, rádio e jornal online – e mostrar as peculiaridades de cada um deles, elucidando como o recorte temático é tratado por cada um e como os discursos enunciados são o ponto central do tônus da tematização. Engendrados na preocupação em responder a pergunta norteadora desse trabalho *Que vidas importam?*, faz-se necessário uma discussão inicial para a compreensão da dimensão do feminismo negro e feminicídio, duas balizas essenciais para essa análise. Os resultados mostraram que por mais que a pauta dos veículos de comunicação seja a mesma, há divergências na condução da abordagem na medida em que a extimidade, a naturalização e culpabilização da violência se manifestam nos discursos dos emissores e/ou entrevistados.

**Palavras-chave:** Violência. Feminicídio. Feminismo. Mulher negra.

## Abstract:

This essay discusses the reverberation of the image of the black woman in the media, raising the debate about how their lives are themed. Therefore, it seeks to reflect how the presence of political bodies corroborates the discussion raised by the media, which act as a determining factor in how the guidelines will be mediated and how the lives of these themes will take place. The objective of this work is to analyze three media vehicles - audiovisual, radio and online newspaper - and show the peculiarities of each one, elucidating how the thematic approach is treated by each one and how the uttered speeches are the central point of the thematic tone. Engaged in the concern to answer the guiding question of this work *What lives matter?*, an initial discussion is necessary to understand the dimension of black feminism and femicide, two essential points for this analysis. The results showed that even though the agenda of the media is the same, there are divergences in conducting the approach as the extinction, naturalization and blaming of violence are manifested in the speeches of the broadcasters and / or interviewees.

**Keywords:** Violence. Femicide. Feminism. Black woman.

## Introdução

As narrativas de vida funcionam como ferramentas capazes de nos orientar quanto às nossas histórias, as histórias de outrem e, por isso, envolvem ações/estados, bem como discursos selecionados para narrar determinados acontecimentos. Como toda história, as narrativas de vida também possuem personagens e papéis que dialogam com o factual e o ficcional, ou seja, apresentam fatores da dimensão do real e do imaginário – faz-se importante aqui creditar Charaudeau (2017) sobre a noção dos imaginários, não devendo a ficção ser confundida com a irrealidade ou utopia.

Os espaços biográficos e autobiográficos a muito foram dominados por aqueles que eram considerados dignos de ter suas histórias de vida registradas, sejam elas em diários, testemunhos, livros e filmes sobre determinada figura pública. Sendo sempre contada a partir do que Martinez (2008) chama de Jornada do Herói, haja vista a forma como os rituais de passagem são narrados como se os acontecimentos devessem seguir uma ordem cronológica, essas narrativas de vida ainda tinham um peso que era sempre de cair no que Vilas Boas (2008) identifica como sendo os fatalismos biográficos, em que os fatos narrados são sempre presumidos explicados em função do acaso e do destino

Essa lógica de registro tem sido abandonada há algum tempo quando pensamos nos recursos que os meios midiáticos têm nos proporcionado. Essas ferramentas midiáticas trouxeram uma autonomia aos sujeitos que agora também vão poder narrar suas vidas e ser o diretor de suas próprias histórias. E é bebendo da fonte de Sibilla (2016) ao falar desses novos espaços para se narrar suas vidas que agora faremos uma análise acerca da tematização da vida de mulheres negras baseados em três veículos de circulação midiática: uma reportagem especial produzida pela TV dos Trabalhadores (TVT), uma entrevista da delegada de mulheres Ione Barbosa, um radiodocumentário produzido pela Esquina Online, plataforma da disciplina de Jornalismo Online do Centro Universitário de Brasília, e uma matéria do Instituto Humanitas Unisinos. Cabe destacar, como adendo de uma discussão interseccional, que não há informações quanto a identidade de gênero, orientação sexual e classe social das narradoras/personagem.

Para este trabalho, lançaremos mão para abertura do diálogo entre as narrativas de vida e, também como elemento caro a nós nessa análise, usaremos a Teoria Semiológica de Patrick Charaudeau como referencial teórico para que possamos mergulhar a fundo na tematização das vidas das mulheres negras que não apenas são protagonistas da discussão mas são, sobretudo, corpos políticos fomentadores da necessidade dessa discussão, ou seja, é preciso entender, ademais, que a problematização da importância dessas vidas parte de ações urgentes que atingem esse

coletivo e que a forma como as mídias escolhidas nesses ofícios apresentam peculiaridades que as distinguem

Nesse ensaio, para embasar nossa discussão, o Feminismo Negro e o feminicídio, sobretudo de mulheres pretas, serão temas que corroborarão a discussão. Nesse ínterim, há uma justificativa de caráter teórico e ético de inserir em nosso preâmbulo um número grande de pesquisadoras negras, uma vez que são esses corpos, munidos de experiência e legitimidade, que devem ser tomados como fontes a serem bebidas.

Justifica a escolha desse tema a carência que ele tem ao autor desse ensaio bem como a necessidade de discussões, que são superficiais, acerca da tematização dos corpos femininos pretos nos veículos midiáticos objetivando problematizar a forma como as mídias têm abordado o debate, quais mídias abrem margem para que esses debates aconteçam e em que contexto de midiatização os corpos femininos pretos são tematizados. Em outras palavras, busca-se nesse ensaio trazer reflexões necessárias sobre os estereótipos que veículos de comunicação são capazes de fomentar ao tematizar recortes sociais dos corpos pretos que sempre giram em torno da precarização e subestimação dos corpos pretos, sendo corriqueiro a enunciação de reportagens sobre crimes, a estereotipação negativa do negro em novelas – rudes, ignorantes, ladrões, fofoqueiros, intolerantes, não higiênicos etc. – e a representação da beldade ou da sacralização dos negros nos vários veículos tendo em vista os alcances profissionais, sendo eles: futebol para homens negros e carnaval para mulheres negras.

### **Feminismo Negro e feminicídio: uma breve nota de “escurecimento”**

O termo *negro* que marca a expressão Feminismo Negro, é usado para criar uma amplitude no debate acerca do feminismo pensado por mulheres negras, ou seja, as mulheres negras pensam na sociedade como um todo, tendo em vista o racismo e o sexismo estruturante que demarca o lugar dos homens e ao mesmo tempo das mulheres brancas.

O demarcador central que define o Feminismo Negro é o fato não apenas de pessoas do sexo masculino serem racistas, mas que existem corpos políticos que compartilham do mesmo gênero sexual – mulheres brancas – com pensamentos racistas (HOOKS, 2014). Isso se identifica pela dimensão e pela defesa da equidade entre mulheres brancas e negras para, *a posteriori*, entrar com ações efetivas contra o sexismo que as colocam num lugar de subalternidade em comparação com os homens.

A filósofa e escritora Djamila Ribeiro, ao falar de Feminismo Negro, ressalta a importância de se discutir interseccionalidade, uma vez que todo sujeito e toda narrativa de vida é demarcada pela

dimensão de várias identidades que se inserem em contextos diversos e que necessariamente, pensando a nível do Brasil, vão ser pontos extremamente caros para definir as posições dos indivíduos. Pensar mulheres, sobretudo mulheres negras que aqui é nosso recorte analítico, como um bloco único seria negligenciar que cada narrativa possui peculiaridades específicas. Além disso, não entender que a pluralidade que compõe esses corpos são ferramentas extraordinariamente caras para a constituição das narrativas de vida e porque as tematizações pela mídia são feitas em determinados moldes seria uma negligência.

Mesmo que não sendo uma realidade totalmente aplicável à estrutura racista e sexista no Brasil, Bell Hooks faz reflexões capazes de serem pensadas a nível macro sobre o Feminismo Negro e o feminismo composto por mulheres brancas. Para a autora, as feministas brancas não são capazes de ter uma amplitude acerca do racismo impressos por elas porque, segundo Hooks (2014), as mulheres norte-americanas foram ensinadas a pensarem de forma racista e sexista na estruturação da sociedade norte-americana. É uma forma velada, e até inconsciente em função da introjeção naturalizada desse debate nos Estados Unidos e nos demais países do continente americano, de opressão que sucumbe as vivências diferenciadas de mulheres constituídas por raça, capital intelectual e estatuto econômico (HOOKS, 2017).

Além disso, Hooks ressalta como o feminismo branco foi insuficiente quando, ainda num passado longínquo, o direito ao voto não era concedido às mulheres e quando concedido aos homens negros a decisão foi questionada acerca do direito dado a sexos masculinos pretos enquanto as mulheres brancas não gozavam desse direito. É nesse ínterim que se faz necessário a discussão do Feminismo Negro para entender que o continente americano como um todo passou por um processo interseccional de opressão e que ele, o Feminismo Negro, se preocupa com intersecção para reforçar que o sexismo americano favorece homens brancos, estando os homens negros na mesma condição das mulheres negras visto a dicotomia racial e sexual dentro dessas duas instituições: homens negros x homens brancos e mulheres negras x mulheres brancas. E mais, o Feminismo Negro vem ressaltar, racialmente, a subalternidade do homem negro pelo feminismo branco que não é capaz de ampliar a visão para além do gênero.

Entendendo o Feminismo Negro como espaço que busca ampliar o debate acerca da intersecção e da amplitude das questões raciais e sexuais, ele lança mão para a discussão do feminicídio e do encarceramento em massa da população masculina negra. Nesse ínterim, pergunta-se: *Que vidas importam? Qual o grau de influência da raça e do gênero para demarcar quais vidas são negociadas?*

Faz-se necessário, no entanto, elucidar que o feminicídio não necessariamente dialoga com a lógica de passionalidade, ou seja, não é um crime que deve ser sustando pela ideia de crime

passional, legitimando o termo numa dimensão dos parceiros masculinos que assassinam suas parceiras femininas. O feminicídio é caracterizado pela violência contra o gênero feminino, podendo ser por parceiros ou não (GELEDÉS, 2015).

O Instituto da Mulher Negra no Brasil, Geledés, explica que a Lei do Feminicídio (Lei 13.104), sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, além de ser uma conquista para resguardar a igualdade entre homens e mulheres, é uma Lei que identifica ainda qualquer discriminação e menosprezo contra a mulher como características do feminicídio. Isso quer dizer que, diferente de como as mídias e a sociedade tematiza o crime, o feminicídio vai para além da agressão física ou a morte como causa subsequente. Ademais, o Geledés se polícia sobre a necessidade da Lei do Feminicídio para reafirmar que o assassinato e o ódio às mulheres não é uma falácia e que isso abre margem para a criação de políticas públicas para protegê-las.

Segundo dados estatísticos de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), homens com idade entre 15 e 24 anos têm a taxa de mortalidade muito maior que as mulheres. Representando 91% do universo da taxa de mortalidade, segundo o IBGE as mortes masculinas são majoritariamente natural, além de homicídio e brigas de trânsito. As mulheres representam 30% do universo total de morte natural, sendo 70% masculinas as mortes por violência.

O Instituto Humanitas Unisinos, publicou em junho de 2016 uma matéria apontando que as violências contra a mulher cresceram 44,74% em 2015 de acordo com dados da Central de Atendimento à Mulher. A maior dessas violências, segundo a pesquisa, se concentram em violência física, tendo sido 38.451 ocorrências em 2015.

De acordo com o site Rádio Câmara, em reportagem veiculada em novembro de 2018, o feminicídio de mulheres brancas tem reduzido em detrimento do aumento das mortes de mulheres negras e indígenas. Citando a professora do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Jackeline Aparecida Romio, a matéria veicula um apelo da pesquisadora, em debate na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, em que Romio questionava o porquê as mortes de mulheres negras são estatisticamente superiores às de mulheres brancas e que uma das formas de políticas a serem implementadas seria a inserção da violência em função do gênero nos currículos escolares.

Mas qual a confluência do Feminismo Negro com o feminicídio? Ora, se levamos em consideração que as mulheres negras representam o maior número de mulheres vítimas do crime de feminicídio, é no Feminismo Negro que esse debate vai aparecer ainda com mais âmagos a fim de problematizar porque as vidas de mulheres negras não possuem valor político, ou melhor, não são

tematizadas o suficiente nos debates sociais no discurso pós-modernista de que os problemas raciais e sexuais estão sendo superados.

### **TVT e tematização das vidas de mulheres negras**

Antes de iniciarmos a análise sobre a reportagem especial veiculada na TV dos Trabalhadores (TVT), é necessário destacar que o enfoque dado nessa análise não versa descrever todo o processo das ferramentas selecionadas, ou seja, aqui não se discorrerá acerca do cenário, das expressões físicas dos enunciadores ou do que Charaudeau (1995) vai chamar de *ethé* que são as variáveis de *ethos* – *ethos* é a imagem de si ligado ao exercício da palavra construído pelo orador a partir da imagem do outro por aquele que enuncia – apresentados pelo autor. Charaudeau (1995) nos servirá apenas como uma fonte subliminar que usaremos para uma discussão superficial da semiolinguística, haja vista a possibilidade da subversão do nosso objetivo com esse ensaio.

A Década Internacional de Afrodescendentes foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1º de janeiro de 2015 com o tema “Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento”. Com término previsto para 31 de dezembro de 2025, o objetivo da Década é “promover o respeito, a proteção e a realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais de afrodescendentes, como reconhecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos” (UNESCO).

A reportagem especial veiculada no programa Bom Para Todos, da rede TVT, trata-se de uma produção especial que conflui com a Década Internacional de Afrodescendentes, que mescla a participação de uma convidada e relatos de mulheres negras que contam como a Marcha das Mulheres Negras funciona como um ato político de união e reafirmação da existência. Apresentado por Maria Amélia Rocha Lopes, mulher negra, o programa com duração total de vinte e cinco minutos e quatro segundos (25’4”) convidou para o debate a Arquiteta e Urbanista e colunista do blog Justificando, Joice Berth, mulher também negra.

Maria Amélia Rocha Lopes inicia o programa trazendo implicações sobre a Década Internacional de Afrodescendentes, o apoio da ONU Mulheres Brasil à Marcha das Mulheres Negras e apresenta dados que justificam a necessidade da criação do movimento no Brasil. Numa estratégia de legitimar tal necessidade, a jornalista salienta que 55.600.000 mulheres no Brasil são negras, representando elas duas a cada três mulheres presas no Brasil e duas a cada 548 cargos executivos em empresas do País. É nesse preâmbulo que a reportagem especial guiada por uma apresentadora negra foi veiculada numa emissora que se caracteriza como um espaço de debates plurais, tendo compromisso com a democracia e a justiça social.

Antes de enunciar os relatos colhidos na Marcha das Mulheres Negras em São Paulo, a apresentadora Maria Amélia diz: “Quando uma mulher negra sai pelas ruas e encontram outras com as mesmas histórias de vida, feita quase sempre de exclusão, preconceito e humilhação ela percebe que não está só e aí se fortalecem. As mulheres negras resolveram marchar cantando, batendo tambores e lutando pelo fim de sua invisibilidade”. A apresentadora deixa escuro (termo usado por alguns teóricos antirracistas, como Cristiane Sobral, por exemplo, em oposição ao verbo “esclarecer”), mesmo que implicitamente no dito e explicitamente no não dito, como as narrativas de vida dessas mulheres se entrecruzam e como os demarcadores que as unem estão presentes na constituição de cada uma delas. Enquanto mulher negra, Maria Amélia detém o que Charaudeau (1995) chama de *ethos* de credibilidade e de seriedade, em sua obra *O ethos, uma estratégia do discurso político*. Leva-se em consideração, que enquanto mulher negra ela detém experiências compartilhadas pelas demais mulheres que ela enuncia – por isso o *ethos* de credibilidade aqui deve ser reforçado – e que a urgência e a dimensão do tema impossibilitam que ela, mulher negra, não trate o debate com seriedade, rigidez e firmeza no tom de voz.

A cena de uma mulher negra sentada ao lado de uma mulher branca utilizada como recurso imagético enquanto o narrador diz “Elas sempre andaram juntas, lutaram juntas. Mas o dia a dia mostram um universo bem desigual”, leva-nos a pressupor que mesmo que compartilhem do mesmo gênero sexual, os corpos políticos apresentam impressões sociais diferentes umas das outras. Quando a narradora usa o termo “mas”, um adversativo importante a ser analisado aqui, podemos presumir que mesmo que as mulheres brancas estejam em harmonia social com mulheres pretas, isso não é o suficiente para que o problema racial seja superado ou ainda que estar junto das mulheres negras não significa, necessariamente, irmandade (HOOKS, 2014) ou consciência racial.

A narrativa da estudante Vanessa Holanda reafirma essa conclusão. Vanessa, mulher negra, diz ter sido vítima de racismo pela irmã que é branca - aqui a irmandade não condiz com irmandade de empatia apresentado pelos teóricos, mas irmandade étnico-racial - e afirma: “Mulher é mulher, mas você ser preta é você estar sendo excluída da sociedade. A minha irmã é branca e por ter essa diferença e eu ser a caçula de casa eu sempre fui excluída. Então assim, ela sempre me dava apelidos bem fortes e eram bem estranhos, né. Porque às vezes a gente pensa que é ciúmes de irmã. [...] Era preconceito mesmo”. Tendo a autonomia de recortar durante a edição a declaração de Vanessa, os produtores, como vimos, permanece com a afirmação para, podemos pressupor como uma das hipóteses, demarcar que o racismo é tão estrutural e já naturalizado que ele também se insere no núcleo familiar desde cedo. São essas condutas que abrem margem para o auto ódio, problemas psicológicos, afetividade e conhecimento de si (SILVA, 2018).

Iara Bento, assessora parlamentar negra, em presença na Marcha das Mulheres Negras e em contribuição na reportagem especial do programa Bom para Todos, em seu relato reafirma como a interseccionalidade (RIBEIRO, 2017), supracitada no primeiro tópico desse ensaio, vai definir a posição das mulheres negras na sociedade. Para Iara, ser mulher preta no Brasil é um grande desafio pois, “a mulher preta está todos os dias em luta, está todos os dias numa verdadeira resistência para que ela possa acordar, trabalhar, levar o sustento ‘pra’ sua casa, cuidar do seu filho e mais, ela tem que ter a segurança de que seu filho vai sair de casa, vai ‘pra’ escola, vai ‘pro’ trabalho mas que ele vai chegar no final do dia em casa”. O que está presente no discurso de Iara é o retrato de um país racista e sexista. Tendo, novamente, a liberdade de não inserir no quadro das narrativas colhidas pelas ruas a declaração da assessora parlamentar, o Bom Para Todos faz questão de deixar com a voz de Iara contemple as mães solo que são as únicas responsáveis por cuidar dos filhos e sustentar o peso que a instituição família imprime segundo o que é convencionalizado como família no Brasil e contemple as mães que tiveram seus filhos assassinados por serem negros.

Entendendo raça e gênero como pontos que não se dissociam quando se fala em feminismo e mulheres negras, a apresentadora Maria Amélia e a arquiteta Joice Berth adentram no debate interseccional e explicitam a diferença do feminismo hegemônico, ou seja, criado e composto por mulheres brancas, e do Feminismo Negro que, em comparação com o feminismo hegemônico não era reconhecido enquanto movimento social. Durante sua fala em resposta à pergunta da apresentadora com relação a não união efetiva entre mulheres brancas e negras, Berth afirma que a maneira racista como as mulheres brancas refletem a sociedade impede que as mulheres negras sejam visíveis dentro do movimento feminista hegemônico, uma vez que não há um entendimento de que, mesmo que estejam engajadas em prol de uma luta anti-sexista, elas estão numa posição avançada de localização social em comparação com as mulheres negras. Ou seja, novamente a interseccionalidade é retomada e tem adição e inserção de mulheres indígenas e mulheres trans por parte de Berth que amplia a discussão para inclusões outras.

Ao falar dos corpos como discursos, Joice Berth dialoga com o texto *A cor da relação: corpo e afetividade das mulheres negras em Natal/RN* da mestrandia em Antropologia Social Amanda Raquel da Silva (2018) e *Mulher negra: afetividade e solidão* de Ana Cláudia Lemos Pacheco (2013). Ambas as autoras, assim como a convidada pelo programa discorrem como a afetividade para a mulher negra é um tema que está diretamente ligado a instituição beleza. Ao falar dos corpos negros em afetividade, faz-se necessário, como declara a arquiteta Joice, considerar que as mulheres pretas estão sempre subalternizadas e como preteridas sempre haverá uma relação de poder e dominação acerca desses corpos. Outrossim, são os cuidados que as mulheres negras têm com sua beleza que é um processo doloroso e racista de uma necessidade de estar aparentemente bem

consigo mesma, sendo roupa, cabelo e capital intelectual balizador de sua autoconfiança. Portanto, a solidão da mulher negra e a afetividade não depende necessariamente da presença ou ausência de parceiros e parceiros, mas no lugar social que foi instituído a mulher negra, sendo sua imagem o fator determinante da condição de insuficiência e, por consequência, seu desenvolvimento afetivo.

Depois de abrir espaço para perguntas do telespectador que assistia ao programa, a apresentadora Maria Amélia lê as reivindicações da Marcha das Mulheres, dando legitimidade ao movimento que não é estruturado a esmo e tem embasamentos e objetivos a serem alcançados.

No segundo bloco do Bom Para Todos, o músico Fábio Nunez, produtor de um documentário com mulheres negras deixa escuro que seu objetivo com o documentário não é se acomodar ou adentrar num espaço de fala que não é o seu. Ao fundo a narradora diz: “O músico, não tem a pretensão de se colocar ao lado das mulheres e muito menos de pegar carona no movimento negro feminista”. Após essa afirmação, há uma fala do músico que completa a afirmação da narradora, ou seja, para que essa afirmação tenha sido feita por Fábio Nunez pressupõem-se que quem o entrevistava o questionou sobre a apropriação desse espaço que não é compartilhado por ele. Isso mostra como a necessidade de demarcar a luta das mulheres negras não tenham mais uma vez o protagonismo masculino e que se a tematização principal gira em torno das mulheres negras, a aparição do produtor durante o documentário ou sua “coadjuvância” não seria condizente com a proposta de dar visibilidade a elas somente.

A apresentadora ao falar de uma professora negra se tornou estrela de um evento após contar um pouco de sua narrativa fica, bem como a convidada para o debate, Joice Berth, se surpreendeu com o fato de as pessoas que estavam no evento tratarem aquela narrativa de vida como um fenômeno raro e diz: “Na FLIP, a Festa Literária Internacional de Paraty, uma professora negra de 77 anos tornou-se estrela do evento. Bastou que ela, dona Diva Guimarães, contasse um pouco a história de sua vida, que é mesmo emocionante. Mas foi como se as pessoas tivessem ouvido uma história como aquela pela primeira vez. E, no entanto, né Joice, essa história ‘pra’ gente é tão comum, né?”. Nesse trecho, Maria Amélia corrobora a experiência de vida da professora Diva Guimarães e reafirma o quanto essa história - não se sabe qual o tom dessa história - também faz parte das narrativas de vida de outras mulheres negras. Contudo, pode-se entender ainda a partir do uso de expressões como “comum”, “tivessem ouvido pela primeira vez”, “tornou-se estrela do evento” parece denotar a ausência de mulheres negras na sociedade e a existência delas - a partir do “pra gente é tão comum” - que esse grupo vive confinado em uma realidade distante, abrindo margem para a idealização do mito da democracia racial.

Durante a entrevista com Joice Berth, Maria Amélia, apresentadora negra, faz complementações adicionais às declarações da arquiteta. Isso, evidencia que há um interesse e um engajamento por parte da apresentadora na discussão que não busca apenas tematizar a vida mulheres negras como um fenômeno etnológico e profissional. É importante destacar que essas complementações da apresentadora evidenciam que ela se identifica enquanto mulher negra com o debate pautado, compartilha de experiências vividas por suas irmãs pretas e performa uma corporalidade negra feminina marcante nas tranças e turbante, com os quais apresenta o programa.

### **O debate jurídico no MGTV**

A entrevista com a delegada de mulheres, Ione Barbosa, no MGTV Juiz de Fora, jornal emitido pela emissora Rede Globo de Televisão, funcionou como um espaço de debate oriundo da necessidade de discutir os meios jurídicos da violência contra a mulher como tema, tendo em vista o crescimento do número de violência no estado de Minas Gerais.

Com duração de dezessete minutos e quarenta e um segundos (17'41"), a entrevista feita pela jornalista Larissa Zimmermann no quadro MGTV Responde pela convidada delegada Ione apresenta informações úteis às vítimas de violência contra mulher. No entanto, antes de começarem o bate-bola, Larissa Zimmermann anuncia uma reportagem sobre feminicídio e apresenta dados sobre o crime e Minas Gerais. Segundo a jornalista, no estado foram registrados mais de cento e cinquenta casos de feminicídio no ano anterior (2018). Ao anunciar a reportagem a jornalista diz: “Em Juiz de Fora na última semana, um homem de 64 anos foi condenado a 13 anos e 4 meses de prisão em regime fechado pela tentativa de feminicídio da ex-namorada de 55 anos. Ele também foi condenado pela tentativa de homicídio do filho dela e outras duas pessoas”.

Aqui vemos o termo feminicídio sendo usado como uma expressão que remete a passionalidade do crime quando lê-se “feminicídio da ex-namorada”. Ainda que possa não ser a intenção, ou sido feita de forma irracional, a estruturação dessa frase, o telespectador que pode não ter acesso a informação do que vem a ser feminicídio tende a se prender aos discursos que têm sido feitos em torno do termo quando não tem a promoção um debate pedagógico.

Na reportagem feita com a vítima que não quis se identificar, foi explorado recursos que legitimava a agressão por passividade da vítima. Quando a vítima diz que em dois meses o agressor não se mostrou agressivo, como em todas as demais reportagens quando tematizam o feminicídio, reforça no imaginário social a ideia de que a culpabilidade da agressão é da vítima que, no não dito, deveria perceber no primeiro contato sinais de agressividade por parte de seus ex-parceiros. Além disso, não tendo uma conduta humanizada e explorando os detalhes para reforçar o quão extraordinário e desumano o feminicídio/violência contra a mulher/misoginia é, o relato agonizante

da vítima apresenta um tônus de crueldade e frieza por parte do agressor. Embora o áudio esteja equalizado em função do sigilo a fonte que não quis se identificar, no canto inferior da produção há a transcrição da narrativa que a vítima faz acerca da violência sofrida. Lê-se: “Tive traumatismo crânio encefálico com hemorragia, fracturei o punho, dois ossos do punho, um osso da mão, o septo. Tive um corte também por causa da fratura no nariz. Levei oito pontos no nariz. Fraturei o osso sacro que foi o mais dolorido de tudo, que eu tive que colocar um parafuso enorme. [...] Usei cadeira de rodas, andador, muleta, bengala. Hoje, eu só ando porque eu fiz muitas fisioterapias, muitas. Nem sei quantas”.

No trecho acima, verifica-se que a vítima tem um diálogo coerente, firme e demonstra ter conhecimentos caros que uma vítima periférica com acesso reduzido ou superficial do grau de sua condição física, por exemplo, provavelmente não saberia definir com tanta precisão. Mesmo que a vítima não tenha se identificado, é nitidamente escuro que a vítima não é uma mulher negra, nem uma mulher gorda, tendo em vista os traços e cabelos identificáveis pela silhueta em contraluz. É extremamente caro esse tipo de informação porque, como abordamos acima, as mulheres negras são as maiores vítimas de violência. Entender porque essa vítima não teve sua vida desvalorizada como as das mulheres negras nos obriga a traçar esses demarcadores mencionados, pois são elementos definidores de como essa tematização acontece.

Usando o termo ex-namorado, ex-namorada, homem e mulher durante toda a matéria – mais ou menos 3’40” –, a repórter Eliane Moreira usa o termo “vítima” apenas duas vezes para identificar a mulher agredida e nenhuma vez o termo agressor ao homem. O uso da expressão ex-namorado e ex-namorada cai novamente como um estereótipo de que a violência contra mulher cometida por um homem que é ou já foi seu parceiro é o crime de feminicídio, não deixando escuro que o crime não necessariamente envolve a agressão física.

Depois da exibição da reportagem e o retorno ao vivo para o estúdio, a jornalista Larissa Zimmermann inicia sua enunciação da seguinte forma: “A violência contra a mulher é tema do MGTV Responde de hoje. As agressões podem ser físicas ou psicológicas. [...]”. Com esse enunciado foi feito logo após a narração da vida de uma vítima de violência, não se sabe se o posicionamento de que as violências não necessariamente se configuram como físicas, o que a reportagem exibida anteriormente não deixou escuro, foi um adendo feito autonomamente pela jornalista ou se a produção pediu para que complementasse com essa informação. Independentemente do que tenha vindo a ser, fato é que essa adição à discussão é importante porque serve como um preâmbulo que lança mão para o telespectador conseguir identificar violências contra a mulher para além dos imaginários já instaurados.

Ao mesmo que a delegada convidada, Ione Barbosa, responde às perguntas do público que consome o programa, a jornalista Larissa Zimmermann interage com a repórter Nayara de Paula que estava nas ruas de Juiz de Fora e convida a psicóloga Elisângela Pereira para responder perguntas relacionadas à configuração da violência, ou melhor, início de uma violência psicológica. Segue um trecho da resposta da psicóloga: “O ideal é que primeiro essa mulher busque uma ajuda psicológica ‘pra’ ela primeiro entender o que é que está acontecendo, o que ela ‘tá’ passando e o que ela pode tentar fazer ‘pra’ sair dessa situação, que eu acho que é uma coisa interessante de pensar. As pessoas, às vezes tem o hábito, por má informação, de acreditar que a pessoa que ‘tá’ nessa situação não sai porque não quer. E não é assim tão simples. [...] O ideal, seria que essa mulher fosse orientada mesmo a conseguir sair disso, sair dessa dependência emocional que muitas vezes existe e, muitas vezes também, uma dependência financeira que é o que faz com que a mulher efetivamente não saia dessa situação”.

O *ethos* de credibilidade é aqui acionado já que a profissional discorre acerca do lado psicossocial que envolve a violência contra a mulher. No entanto, o trecho traz julgamentos sobre os corpos femininos que não enxerga a mulher como um ser independente, autônoma e que se restringe a ela o dever de entender “o que está acontecendo, o que ela ‘tá’ passando”. É como se a culpabilidade ou a resolução do problema se define pelo esgotamento psicológico que deve ser, antes de tudo, acionado primeiro em casos de violência. Portanto, se “o ideal é que primeiro essa mulher busque ajuda psicológica”, a máquina judicial só vai ser acionada quando a vítima e o profissional da psique que a acompanha chegarem a conclusão de que aquilo se define como misoginia, machismo, sexismo, feminicídio e violência contra a mulher, se levarmos em consideração o discurso não dito e o trecho “O ideal é que primeiro essa mulher busque uma ajuda psicológica ‘pra’ ela primeiro entender o que está acontecendo”.

A também psicóloga e coordenadora do grupo de apoio Ana Cláudia Cezário, convidada pela repórter Nayara de Paula que estava ao vivo nas ruas de Juiz de Fora, explica que o grupo de apoio às mulheres vítimas de violência em que atua, trabalha a “forma que elas vão ter de conseguir enfrentar melhor essa situação de violência que elas estiverem passando. [...] A cada sessão, a cada encontro a gente vai trabalhando com elas essas questões de lidar com a violência [...]”. As formas como as vidas das mulheres são tematizadas nesse trecho, nos parece ser muito mais na preparação para que elas recepcionem a violência de forma natural e que a condição delas é de cárcere a essas violências. A decorrência dessa interpretação se dá no uso de expressões no presente e que abrem margem para a pressuposição de que essas violências só cessarão quando elas acharem a fórmula mágica do enfrentamento dessas violências e que, sobretudo, essa violência deve ser trabalhadas e lidadas por elas. (“Nós trabalhamos essa...essa forma que elas vão ter de conseguir enfrentar melhor

essa situação de violência que elas estiverem passando. [...] A cada sessão, a cada encontro a gente vai trabalhando com elas essas questões de lidar com a violência.”)

Mesmo estando com a presença de uma delegada no debate e duas psicólogas chamadas ao vivo, não houve em momento algum a tematização da morte de mulheres negras, a explicação do que é o feminicídio, qual classe/raça/orientação sexual das mulheres mais são vítimas de violência, o questionamento sobre violências contra as mulheres nos relacionamentos não heterossexuais e mostra de dados estatísticos sobre o mapa da violência contra a mulher no estado de Minas Gerais ou mesmo em Juiz de Fora. Vale ressaltar que além dessa não interseccionalidade não aparecer no debate as cinco profissionais que tematizam o debate são brancas (Larissa Zimmermann, Ione Barbosa, Nayara de Paula, Elisângela Pereira e Ana Cláudia Cezário).

### **Como o radiodocumentário e a mídia impressa tematizam a vida de mulheres negras?**

Um radiodocumentário produzido por estudantes de Jornalismo da Universidade Unisinos, nomeado *Violência contra a mulher* e com duração de nove minutos e nove segundos (9’9”), inicia-se apresentando dados sobre violência contra a mulher e feminicídio no Distrito Federal. Uma das expressões mais recorrentes no radiodocumentário é violência doméstica.

O Instituto da Mulher Negra, Geledés, em novembro de 2016 publicou um texto denominado *18 expressões racistas que você usa sem saber*, orientando sobre a conotação do termo doméstica. Cunhado no período colonial e com denotação racista, o termo era usado para mulheres negras que passavam por um processo de “doutrina”, “reeducação”, “domesticação” para, após estarem aptas para desenvolverem os serviços convencionados ao lugar que lhes foram postulados, poderiam assumir ocupações dentro da casa-grande.

Coincidentemente, o radiodocumentário não tematiza a vida de mulheres negras, mulheres não heterossexuais, mulheres indígenas, mulheres periféricas e outros grupos em marginalização. Mesmo que os produtos radiofônicos tenham peculiaridades que não permite uma arquitetura detalhada e demorada, o diálogo acerca da interseccionalidade poderia ter sido citado em alguns momentos ou emitido uma breve nota ao final do produto destacando que tal produção não foi suficiente para inserir novas discussões. Quando ouve-se *Violência contra a mulher*, enquanto ouvintes esperamos que a produção abordará desde o que é ser mulher e quais pluralidades existem nesse coletivo às violências por elas sofridas.

Numa das sonoras do radiodocumentário, a declaração da psicóloga Bianca Mayumi é extremamente problemática. Sendo o radiodocumentário um importante meio de divulgação e emancipação da informação a nível macro, quando o ouvinte ouve o seguinte trecho que corresponde a mais da metade do tempo total do radiodocumentário (cerca de 4’38”), pode tender a

ter interpretações da violência de uma forma normativa e sustentadas por desvios de conduta psicologicamente compreensível. Os pontos em grifo são os que nos são peculiares para análise. Diz Bianca:

Tem que entender que, na verdade, não existe um padrão certo do que é ser um autor de violência e também não existe o padrão do que é ser vítima. Tipo, as pessoas podem ser autoras e vítimas de qualquer classe etária, qualquer classe econômica, de qualquer raça, qualquer religião. Não tem um fator certo que vai levar. A gente fala que gênero significa hierarquia, então ‘tá’ muito relacionado com a hierarquia. Então ao nascer mulher a gente já ‘tá’ abaixo dessa hierarquia. Então desde nossas brincadeiras, as formas como a gente se comporta, as perguntas que fazem quando a gente é criança. Pensa então nos homens como essa pessoa que vai ser ‘pra’ ação, ‘pra’ atividade, ‘pro’ externo, ‘pra’ trabalhar. E a mulher vai ser dona de casa, que brinca com panelinha, brinca de bonequinha. E com isso, a gente vai vendo que a gente vai perdendo certas oportunidades, certos alcances. Então, com isso, quando se ‘tá’ numa relação, esse homem por já ter crescido numa sociedade e internalizado isso de uma forma muito natural que ele tem mais poder, ele exerce esse poder sobre essa mulher. E aí, outro ponto que eu acho que aumentou o feminicídio é graças...pela própria divulgação do que é uma violência. Ao mesmo tempo que as mulheres estão se conscientizando mais que elas têm seus direitos e que certos comportamentos não são bons ‘pra’ elas, certos comportamentos são totalmente contra ao que deveria ser um relacionamento saudável ou enfim, o que for, elas acabam se impondo mais. Então, se algum homem, por exemplo, chega ‘pra’ elas e fazem alguma violência, elas falam ‘Tá aqui. Isso não pode acontecer!’. Nessa confrontação, o que acontece às vezes é elas sofrendo algum tipo de violência. Isso é algo que eu acredito muito que esteja acontecendo. Existem, na verdade, diversas maneiras que a gente pode fazer, ne. A minha monografia foi baseada no trabalho ‘pra’ exatamente diminuir essas violências. A gente fala sobre masculinidade hegemônica que é aquela masculinidade que o homem acredita que tem que ser seguir: ser forte, ser inteligente, ser sexualmente ativo, ser trabalhador, viver ‘pro’ externo, ser uma pessoa mais agressiva, ser uma pessoa mais de opinião. A gente chegou nesse trabalho final a quatro fatores que fazem com que esse homem acabe fomentando ou exercendo violências. O primeiro, é quando ele não cumpre esse tipo de comportamento que espera-se que ele tenha. Então, por exemplo, quando esse homem...chamam, ‘Ele é afeminado.’ Esse ‘homem afeminado’ acaba sofrendo violência por isso. E quando ele acaba sofrendo violência por isso, ele acaba querendo promover violência com o outro para se provar como homem.. Outro ponto, é própria hierarquia de poder que existe já; esse homem cresce acreditando que ele tem que agir dessa maneira. Impor as vontades dele, impor tudo que ele quer pela força e aí isso acaba crescendo. Outro ponto, que a gente encontrou é que os homens não aprendem a lidar com as emoções. Então, por exemplo, as mulheres crescem mais propícias a entender o que é amar, o que é estar frustrada, a chorar e a lidar com as emoções. Os homens não podem sentir, eles não lidam de cara com frustração, com a tristeza, com raiva. E quando a gente não lida com essas emoções, a gente não tem um arcabouço de como se comportar a partir disso. [...]

Convocando novamente Charaudeau (1995), nota-se aqui o *ethos* de credibilidade sendo acionado que é balizado pela formação profissional da enunciadora e o tónus do debate que é do seu campo de saber – psicologia e comportamento. Para um ouvinte que não tenha um capital intelectual ou senso de criticidade para problematizar essa declaração, o que depreende de todo esse enunciado é I) que a violência contra a mulher é justificada pelo trauma comportamental e social que é ensejado ao homem; II) que a mulher não é lida pelo agressor como alguém com culpabilidade mas que ela é alvo do condicionamento social imposto a ele no papel ‘homem’; III) que o feminicídio é consequência do “afrontamento”, não quero tirar a autoria do termo da

enunciadora; IV) que mulheres de qualquer raça, religião e condicionamento econômico estão igualmente propícias a serem vítimas de violência; V) que os homens não são agressivos conscientemente, mas que suas ações é fruto de intervenções psíquicas; VI) que a violência contra a mulher e o feminicídio são exclusivamente cometida por homens, não problematizando o radicalismo ou machismo presente em outros corpos políticos; VII) que apenas mulheres em relacionamento heterossexuais estão propícias a sofrerem violência.

*O discurso que legitima o feminicídio*, publicado em 21 de agosto de 2018, é o título da matéria online veiculada no Instituto Humanitas Unisinos. Muito mais que apresentar dados estatísticos sobre o mapa da violência contra a mulher e o reforço de que as taxas de feminicídio no Brasil são altas, a matéria se pauta num debate interseccional usando termos em negrito para demarcar que falar de feminicídio envolve outras polaridades a nível macro estrutural. Os termos são “desigualdade social”, “gênero”, “declarações homofóbicas”, “misóginas”, “racista”, “âmbito sociocultural”, “ódio”, “preconceito”, “discriminação”, “dxs trabalhadorxs” e outros.

Vê-se a preocupação que a matéria tem de não apenas explicar o que caracteriza um feminicídio mas apresentar como outros debates que circundam o tema, e por vezes são negligenciados, estão diretamente ligados uns aos outros e como a necessidade de se entender para além do básico do que é convencionado como sendo feminicídio é urgente. Nota-se isso, quando vemos os termos “racista”, “homofóbicas”, “dxs trabalhadorxs”, que vem demarcar identidades que não necessariamente são tematizadas em sua pluralidade.

A matéria em questão muito mais que se portar como um meio de informação, serve também como um ato político, uma vez que o debate gira em torno da matéria é sobre as negligências sobre todas essas formas de violência e a cobrança das figuras públicas políticas em se tomar providências quando são questionadas sobre as medidas a serem tomadas. Além disso, tem um cunho denunciante de repugnar as enunciações feitas pelo candidato a Presidência da República à época da reportagem Jair Messias Bolsonaro.

O corpo do artigo publicado pelo Brasil Debate e sido compilado pelo Instituto Humanitas Unisinos, deixa escuro seu posicionamento frente ao cenário político-social brasileiro e se mostra opositor a um candidato que representa a extrema direita e defende discursos de ódio. O artigo busca problematizar e criticar, como o próprio título já diz, como a negligência do feminicídio incide desde a pirâmide do Estado (nesse caso por alguém que representaria o Poder Executivo). Destacando palavras em negrito o artigo escreve,

O **Brasil** não pode ser representado por uma ideologia que defenda que temos que superar nossas diferenças e sermos um só, que defenda as privatizações das riquezas nacionais, mas sim deve ser representado por aquela ou aquele que esteja disposta a encarar nossas tensões,

nossas diversidades não como problema, mas sim como um caminho para sermos mais justos, menos miseráveis, menos desiguais, menos assassinos, mais inclusivos social e economicamente, um país que encare as **pautas sociais** mais urgentes com responsabilidade e prioridade para a dignidade humana. Que possamos ser muitas e muitos e ainda assim vivermos no mesmo país. Que a luta e a resistência dos movimentos sociais – dxs **feministas**, dxs **antirracistas**, dxs **anti homofobia**, dxs **trabalhadorxs**, dxs movimentos por **moradia**, dos movimentos pelo **direito à terra**, dos movimentos por **educação** e por **saúde pública** – cresça, ganhe mais e mais espaço nas ruas e nas instituições e que nos inspirem a seguir lutando por um país que possamos seguir vivos e que tenhamos a liberdade de sermos felizes!

Nesse ínterim, fica fácil identificar que o veículo online tem um propósito incisivo que vai para além de informar e apresentar uma discussão rasa sobre o feminicídio e violência oriunda de um crime que lançaria mão para que essa discussão fosse feita. A necessidade de tematizar essas vidas não entrecruzava com algum crime de feminicídio, mas é uma necessidade de tematizar vidas que importam em momentos quaisquer.

### **Considerações finais**

Mesmo que os quatro produtos selecionados tenham suas peculiaridades, deve ser levado em consideração que ao tematizar vidas, estamos necessariamente falando sobre retornar à memória como espaço onde estarão guardadas nossas experiências que, por sua vez, serão selecionadas, antes da seleção oral que faremos, também pela memória. As memórias são discursos extremamente importante na narrativa de vida (LESSA, 2012).

Quando falamos de feminicídio estamos falando de um crime que, como já dito, não necessariamente está ligado a passionalidade. Ainda que estivesse, ao fazer o registro da violência, a mulher vítima precisa expor os acontecimentos e muitas vezes relatar sua intimidade, como foi feito na reportagem especial do programa Bom Para Todos, da Rede TVT. Especialmente nessa reportagem especial, as mulheres presentes na Marcha das Mulheres, dentre os demais produtos analisados, são as que mais falam abertamente sobre suas experiências, bem como a apresentadora Maria Amélia e a convidada Joice Berth, mesmo sabendo que o que elas diziam estaria sendo transmitido em rede nacional. Essa intimidade, não necessariamente se insere no que Paula Sibilla vai entender como espetáculo de si.

Os testemunhos apresentados no programa Bom para Todos configuram narrativas de vida diferentes e ao mesmo tempo semelhantes. Há a necessidade de se falar e entender o Movimento Negro e o Feminismo Negro, sobretudo, também reivindica direitos nas ruas. A tematização dessas vidas por esse veículo não versa reforçar os estereótipos acerca do corpo e vida da mulher negra, mas convoca o telespectador a imergir no sociocultural e político dando voz e visibilidade às

mulheres negras ou pelo menos pessoas que o possam naquele instante representá-las, mesmo com a insuficiência de representatividade.

O artigo do Instituto Humanitas Unisinos busca, ainda mais que o programa Bom para Todos, abranger múltiplas identidades e tematizar essas vidas que agora não mais são identidades isoladas ou intersec - é importante destacar que não existe corpos sem que sejam interseccionais -, mas um confronto que vai contra todos os corpos políticos. A tematização aqui, apresenta os heróis (MARTINEZ, 2008) como todos aqueles que se opõem a violência e reforça que para eles essas vidas importam.

Os outros dois produtos, a entrevista da delegada de mulheres Ione Barbosa no MGTV e o radiodocumentário produzido por alunos de Jornalismo do Centro Universitário de Brasília, não tematizam as vidas negras. Então como tematizam? Na realidade, o tratamento e a coisificação da mulher sendo representadas pelo reforço de dados estatísticos acabam por perder o tônus de tematização de vidas e o entendimento delas como alvo de denúncias e busca por profissionais da psique. Tanto no radiodocumentário quanto na entrevista no MGTV, há participação de psicólogas que reforçam que esse auxílio profissional é extremamente importante, sendo a mulher a mártir que deve saber se esquivar e lidar com os casos de violência.

Fez-se necessário compreender o que autoras negras irão definir como feminismo e feminicídio para que o leitor possa se localizar de que ótica teórico-metodológica partimos. Alguns trechos dos produtos midiáticos foram dimensionados e analisados nesse trabalho, servindo-nos como recorte para entender como diferentes veículos de comunicação tematizaram as vidas.

Espera-se que esse trabalho tenha sido manobrado como um ato político que procura destacar as vidas de mulheres, a partir do academicismo e, sobretudo, da militância que me cabe. Vimos que o debate mais caro à compreensão da pauta desse trabalho se deu com uma jornalista negra e uma cientista social - autora do artigo veiculado no Instituto Humanitas Unisinos, que lançaram mão para a interseccionalidade. Mas por que exatamente no programa apresentado por uma jornalista negra e preocupação de uma cientista social em tematizar as vidas de mulheres em sua amplitude? Ora, se para a psicóloga Bianca Mayumi a divulgação do que é a violência tem sido uma das causas do feminicídio, como é declarado por ela no radiodocumentário, estou certo de que a falta de divulgação negligenciaria a existência das mulheres negras, ou melhor, as vidas das mulheres negras, em situação de violência ou não, valeriam menos do que já valem. Afinal, as vidas negras importam?

## Referências

CHARAUDEAU, P. O ethos, uma estratégia do discurso político. In: CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*: São Paulo: Contexto, 2006

\_\_\_\_\_. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher: Mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro: Plataforma Gueto, 2014.

LESSA, Cláudio. A discursivização da memória em relatos autobiográficos de alunos da EJA. *Revista Vertentes & Interfaces II: Estudos Linguísticos e Aplicados*, v 7, p. 161-186, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/articlh/viewFile/5741/5516>.

MARTINEZ, Mônica. *Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida do jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2008.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: ÉDUFBA, 2013.

RIBEIRO, Djamilia. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando: 2017.

SILVA, Amanda Raquel da. *A cor da relação: corpo e afetividade de mulheres negras em Natal/RN*, 2018.

SIBILLA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Frontera, 2008.

VILAS BOAS, Sergio. *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. São Paulo: Editora UNESCO, 2008.

### Sites eletrônicos

ALVES, A. Ângela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. *El País*. 2017. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503\\_610956.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html). Acesso em: 31 de maio de 2019.

Bom Para Todos: Mulheres Negras. *Rede TVT*, 2017. Disponível em: <https://youtu.be/wRPfWy87Hn8>. Acesso em: 3 de junho de 2019.

Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil. *IBGE*, 2018 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso em: 5 jun. 2019.

JUOZEPAVIUS, Ricardo. O livro “Quarto de Despejo” e suas questões jurídicas. *Geledés*, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-livro-quarto-de-despejo-e-suas-questoes-juridicas/>. Acesso em: 5 jun. 2019.

LOSCHI, Marília. Mesmo com Lei Maria da Penha, somente 2,4% dos municípios oferecem casas-abrigo. *IBGE*, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25518-mesmo-com-lei-maria-da-penha-somente-2-4-dos-municipios-oferecem-casas-abrigo>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

MENDES, Mônica Gonçalves. Histórias Negras, Narrativas Brancas. *Geledés*, 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historias-negras-narrativas-brancas/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MGTV Responde: violência contra a mulher é o tema do quadro da Zona da Mata e Vertentes. *GI*, 2019. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/v/mgtv-responde-violencia-contra-a-mulher-e-o-tema-do-quadro-da-zona-da-mata-e-vertentes/7468310/>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

NUNES, Beatriz Ramos Gois. Violência doméstica no Brasil. *Esquina Online*, 2019. Disponível em: <<https://medium.com/esquinaonline/femicidio-no-brasil-e-178632344df>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

O discurso que legitima o feminicídio. *Instituto Humanitas Unisinos*, 2018. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/582009-o-discurso-que-legitima-o-femicidio>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

PAIXÃO, Mayara. Rádio Documentário - O movimento negro e a Constituição de 1988: Uma revolução em andamento. *Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades*, 2019. Disponível em: <<https://ceert.org.br/noticias/politica-no-brasil/23801/radio-documentario--o-movimento-negro-e-a-constituicao-de-1988-uma-revolucao-em-andamento>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Quem ama não mata. *Gazeta Digital*, 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/colunas-e-opiniao/colunas-e-artigos/quem-ama-nao-mata/530234>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

RBA. Mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio no Brasil. *Rede Brasil Atual*, 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/11/mulheres-negras-sao-as-maiores-vitimas-de-femicidio-no-brasil/>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

TATSCH, Constança. 'Femicídio é um fenômeno sociológico, e o Estado precisa mudar a cultura dos homens'. *Geledés*, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/femicidio-e-um-fenomeno-sociologico-e-o-estado-precisa-mudar-a-cultura-dos-homens/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

Taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo, 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/553567-taxa-de-femicidios-no-brasil-e-quinta-maior-do-mundo>>. Acesso em: 26 jun. 2019.